

Perspectivas Econômicas

Volume 2 Uma Revista Eletrônica da Agência de Informações dos EUA Número 4

LEGISLAÇÃO NORTE-AMERICANA REFERENTE AO COMÉRCIO EXTERIOR

Sanções

Uma Perspectiva do Departamento de Estado dos
E.U.A.

Controle de Exportação

Uma Perspectiva do Departamento de Comércio
dos E.U.A.

Setembro de 1997

Perspectivas Econômicas

Volume 2 Uma Revista Eletrônica da Agência de Informações dos EUA Número 4

LEGISLAÇÃO NORTE-AMERICANA REFERENTE AO COMÉRCIO EXTERIOR

Sanções

Uma Perspectiva do Departamento de Estado
dos E.U.A.

Controle de Exportação

Uma Perspectiva do Departamento de
Comércio dos E.U.A.

Setembro de 1997

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Uma Revista Eletrônica da Agência de Informações dos Estados Unidos

ÍNDICE

A LEGISLAÇÃO COMERCIAL DOS ESTADOS UNIDOS NO QUE SE REFERE À POLÍTICA EXTERNA

O que não falta é controvérsia a respeito do uso que os Estados Unidos fazem dos controles sobre as exportações e sanções comerciais, especialmente devido ao fato de que o número de sanções unilaterais aumentou consideravelmente na década de 90. Este número de "Perspectivas Econômicas" examina algumas dessas questões.

Funcionários do governo Clinton argumentam que, apesar do custo para as empresas norte-americanas e das ocasionais diferenças com aliados dos Estados Unidos, essas ferramentas precisam ser usadas para lidar com problemas internacionais como o terrorismo, o tráfico de entorpecentes, a proliferação de armas e a instabilidade regional. O uso de sanções e controles sobre as exportações pelos Estados Unidos tem uma longa história, desde os embargos do Presidente Jefferson contra a Grã-Bretanha e a França, e até mesmo desde o tempo da Revolução Americana.

Muitas leis comerciais dos Estados Unidos, naturalmente, não dizem respeito à política externa. Eles foram o assunto da edição de junho de 1997 de "Perspectivas Econômicas".

□ ÊNFASE

SANÇÕES COMERCIAIS RELACIONADAS À POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

5

Uma Entrevista com Stuart Eizenstat, sub-secretário de Estado

As sanções econômicas não devem ser a primeira resposta aos atos de comportamento irresponsável de estados renegados, mas elas têm seu valor. O uso que os Estados Unidos fazem das sanções unilaterais resulta de suas responsabilidades exclusivas de liderança após a Guerra Fria.

CONTROLES DE EXPORTAÇÃO DE DUPLA UTILIDADE, DOS ESTADOS UNIDOS

9

William Reinsch, sub-secretário de Comércio Para Administração de Exportação

É necessário que os controles sobre as exportações continuem fazendo parte do comércio internacional, à medida que os países responsáveis se vêem às voltas com problemas persistentes como a proliferação das armas de destruição em massa, a instabilidade regional, e o terrorismo.

□ FATOS E NÚMEROS

VISÃO GERAL DAS SANÇÕES REGULAMENTARES DOS E.U.A. COM RELAÇÃO À POLÍTICA EXTERNA

13

VISÃO GERAL DAS LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

19

VISÃO GERAL DOS REGIMES DE NÃO-PROLIFERAÇÃO

22

CRONOLOGIA DAS AÇÕES COMERCIAIS DOS E.U.A. COM RELAÇÃO À POLÍTICA EXTERNA

24

□ FONTES DE INFORMAÇÃO

PRINCIPAIS CONTATOS NO GOVERNO DOS EUA E SITES NA INTERNET

26

LEITURAS ADICIONAIS SOBRE LEGISLAÇÃO COMERCIAL RELACIONADA À POLÍTICA EXTERNA

27

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Uma Revista Eletrônica da Agência de Informações dos Estados Unidos

Volume 2, Número 4, Setembro de 1997

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada três semanas, examinam as principais questões com as quais os Estados Unidos e a comunidade internacional se deparam. As revistas — *Perspectivas Econômicas*, *Questões Globais*, *Questões de Democracia*, *Política Externa dos EUA - Agenda e Sociedade e Valores dos EUA* — apresentam análises, comentários, e informações de caráter geral em suas áreas temáticas. As versões em língua árabe, espanhol, francês, inglês, português, e russo são publicadas. As opiniões expressas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a não ser que haja restrições sobre direitos autorais mencionadas nos próprios textos.

As edições atuais ou anteriores das revistas podem ser encontradas na Home Page da Agência de Informações dos Estados Unidos, na World Wide Web, no seguinte endereço: <http://www.usia.gov/journals/journals.htm>.

Elas se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar sua visualização on-line, transferência, “downloading” e impressão. Comentários serão bem-vindos no seu escritório local do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS) ou nos escritórios editoriais.

Editor, Economic Perspectives
Economic Security - I/TES
U.S. Information Agency
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
United States of America

E-mail: ejecon@usia.gov

Favor observar esta mudança no nosso sistema de numeração: no Volume 1, a edição de uma revista era numerada seqüencialmente como um grupo. No Volume 2, cada edição é numerada separadamente em seqüência (por exemplo, “Perspectivas Econômicas”, Volume 2, Número 4, Setembro de 1997).

Jornalista Responsável.....	Judith Siegel	Diretor de Arte.....	Joseph Hockersmith
Editor.....	Jonathan Silverman	Projeto Gráfico.....	Sylvia Scott
Editor Executivo.....	Bruce Odessey	Conselho Editorial	Howard Cincotta
Editor Associado.....	Wayne Hall	John Davis Hamill
Colaboradores.....	Kathleen Hug	Judith Siegel
.....	Eileen Deegan		
.....	Martin Manning		

Agência de Informação dos Estados Unidos
Bureau de Informação
Setembro de 1997

□ SANÇÕES COMERCIAIS RELACIONADAS À POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Uma Entrevista com Stuart Eizenstat, sub-secretário de Estado para Questões Econômicas, Comerciais e Agrícolas.

As sanções econômicas não devem ser a primeira resposta aos atos de comportamento irresponsável de estados renegados, mas elas têm seu valor, diz Stuart Eizenstat, sub-secretário de estado dos Estados Unidos para questões econômicas, comerciais e agrícolas.

O uso mais frequente das sanções é uma consequência do fim da Guerra Fria; o uso, pelos Estados Unidos, de sanções unilaterais resulta de suas exclusivas responsabilidades de liderança, diz o sub-secretário. De acordo com Eizenstat, os Estados Unidos tentam fazer com que as sanções sejam multi-laterais, quando possível, e tentam impor sanções unilaterais que maximizem o impacto sobre os países-alvo e minimizem o impacto sobre as empresas norte-americanas e os aliados dos Estados Unidos.

Eizenstat critica as questões levantadas pela União Européia (EU ou UE) na Organização Mundial do Comércio - OMC (World Trade Organization - WTO) sobre a Lei Helms-Burton (Helms-Burton Act), que trata das empresas estrangeiras que fazem negócios em Cuba, e sobre uma lei estadual de Massachusetts que trata das empresas estrangeiras que fazem negócios na Birmânia.

Ele descreve as objeções do governo Clinton a projetos de lei pendentes no Congresso para eliminar a autoridade que o presidente tem de impor sanções, e demonstra interesse por propostas para reformar a maneira pela qual o Congresso age no que se refere às sanções.

A entrevista foi concedida a Bruce Odessey, Editor de Economia da USIA.

Pergunta: Qual é a regra geral do governo Clinton sobre o uso de sanções econômicas relacionadas à política externa?

Eizenstat: As sanções econômicas são uma importante ferramenta de política externa, ficando a meio caminho entre a diplomacia e o uso da força. Elas são usadas

quando outras medidas são insuficientes e quando a sua imposição tem a probabilidade de mudar o comportamento do estado transgressor. Elas devem ser usadas quando os efeitos diplomáticos tradicionais, assim como outros esforços de persuasão, tiverem falhado, e não como a primeira atitude a ser tomada. Elas geralmente devem ser dirigidas apenas a regimes renegados que não agem em conformidade com as normas internacionais.

As sanções não são uma ferramenta de política externa que possa ser usada da mesma forma em todas as ocasiões. Se o governo tiver a flexibilidade necessária na aplicação das sanções, ele elabora o regime das sanções de modo a atingir de maneira eficaz a vulnerabilidade e o comportamento ofensivo do país-alvo, e ao mesmo tempo minimizar os danos aos interesses dos Estados Unidos.

As sanções têm como objetivo chamar a atenção para a má conduta dos regimes renegados, alterar o comportamento que ameaça nossos interesses nacionais e a estabilidade da comunidade internacional. As sanções se dirigem à má conduta no que diz respeito aos direitos humanos, terrorismo, entorpecentes, armas de destruição em massa, e outras áreas nas quais tal conduta é considerada inaceitável pelos padrões mundiais.

Para maximizar a eficácia das sanções quando nós as usamos, preferimos sanções que têm apoio e participação multi-laterais. As sanções multi-laterais têm maior probabilidade de serem eficazes contra um país-alvo, demonstrando que a comunidade tem um objetivo comum e incluindo um número máximo de empresas e interesses comerciais no mundo inteiro. Além disso, as sanções multi-laterais minimizam os danos à competitividade dos Estados Unidos, distribuindo o fardo entre os países responsáveis.

Ao mesmo tempo, estamos preparados para usar sanções unilaterais quando não pudermos formar um regime de sanções multi-laterais e quando interesses nacionais importantes estiverem em jogo. Essas sanções devem ser implementadas de maneira coerente com as nossas

obrigações internacionais, e devem refletir uma análise de custo-benefício. Os presidentes devem ter flexibilidade para usar tais sanções unilaterais, em conformidade com o Título III da Lei Helms-Burton.

É importante que nossos amigos e aliados reconheçam a nossa posição de que o comércio não acontece em um vácuo. A prosperidade também depende de um mundo estável e seguro no qual as nações respeitem normas comuns de comportamento. A condução de negócios rotineiros com regimes renegados pode frequentemente fortalecer sua capacidade de prejudicar não só os interesses dos Estados Unidos, mas também os interesses dos nossos amigos e aliados.

As medidas que adotamos se destinam a maximizar a pressão sobre os regimes renegados e a encorajar um comportamento que respeite os princípios e valores comuns, básicos, que formam a base de sustentação de todo o sistema multi-lateral.

P: Quais são as razões para o uso mais frequente de sanções, pelos Estados Unidos, na década de 90?

Eizenstat: Acredito que isso está relacionado às mudanças no ambiente internacional. Com o final da Guerra Fria surgiram muitas novas questões que nos desafiam. E como os Estados Unidos são a potência mundial predominante, e estão sempre em uma posição de destaque, temos a obrigação de assumir a liderança nessas novas questões, o que frequentemente nos leva direto às sanções - questões como o tráfico de drogas, a falta de respeito aos seres humanos, o terrorismo, a proliferação nuclear. Essas questões sempre foram importantes, mas elas ficavam em segundo plano devido à Guerra Fria. Agora elas assumiram os papéis principais.

E, frequentemente, os regimes renegados são aqueles que estão mais envolvidos nessas áreas de má conduta internacional. As sanções são uma maneira lógica de tentar lidar com essas situações particulares, embora, volto a afirmar, elas não devam ser o nosso primeiro objetivo, e devemos esgotar todos os meios diplomáticos e políticos antes de apelar para elas.

P: Como o senhor responde à oposição feita por empresas norte-americanas e aliados estrangeiros às sanções unilaterais, assim como aos críticos, segundo os quais as sanções geralmente não funcionam?

Eizenstat: Reconhecemos que certos tipos de sanções

sofrem oposição por parte de nossos aliados, e também por parte de nossos interesses comerciais. Sempre tentamos usar as sanções para maximizar a pressão sobre os regimes-alvo, minimizando, ao mesmo tempo, as tensões com nossos aliados e inimigos, e prejudicando o mínimo possível os nossos interesses comerciais..

Reconhecemos, particularmente, que as sanções unilaterais têm um custo para os interesses econômicos dos Estados Unidos. Por exemplo, o abandono das exportações significa exportações perdidas e empregos perdidos, não apenas para as vendas iniciais, mas frequentemente para anos de serviços pós-venda, especialmente em um mercado competitivo ou emergente. As sanções podem também prejudicar sobremaneira as relações dos Estados Unidos com o país-alvo e criar desvantagens para as empresas nos setores não afetados pelas sanções. Os componentes norte-americanos podem deixar de ser usados em produtos, e as empresas americanas podem ser excluídas de parcerias com outras empresas.

As sanções multi-laterais são as que têm as maiores probabilidades de atender aos nossos interesses. Ao mesmo tempo, se não for possível fazer um embargo multi-lateral completo, a perda de um mercado americano ou do acesso ao capital americano pode custar caro a um país-alvo. Uma opção lógica de política, portanto, é negar esse acesso aos estados renegados.

Agora vamos examinar algumas situações nas quais as sanções multi-laterais têm sido, em geral, eficazes. Embora tenham demorado a fazer efeito, as sanções multi-laterais contra a África do Sul foram, sem dúvida, um fator que contribuiu para o fim do apartheid. Elas também contribuíram, com certeza, para que a Sérvia viesse à mesa de negociações em Dayton. As sanções têm limitado os danos que o Iraque e a Líbia poderiam causar aos países pacíficos do mundo.

Não há dúvida de que as sanções unilaterais enfrentam grandes desafios à sua eficácia. Mas há momentos em que é muito importante, para os Estados Unidos, enfatizar certos valores que consideramos essenciais, embora a eficácia imediata das sanções possa ser atenuada. E sempre tentamos estabelecer um equilíbrio entre as responsabilidades que temos no sentido de liderar, de projetar valores americanos, de proteger os interesses americanos e do mundo em áreas como o terrorismo, o tráfico de drogas e a proliferação, e o prejuízo para as nossas responsabilidades perante nossos aliados e nossos

interesses comerciais. Trata-se de um equilíbrio delicado. Não é nada fácil.

P: Como o governo responde às reclamações dos aliados a respeito das disposições extra-territoriais nas leis Helms-Burton e Irã-Líbia?

Eizenstat: Antes de mais nada deixe-me dizer que a Lei Helms-Burton somente trata das empresas estrangeiras que estão obtendo lucros com o uso de propriedade norte-americana confiscada. Com um mínimo de investigação elas poderiam concluir que a propriedade era de fato confiscada, porque o Departamento de Estado mantém um registro de reivindicações. Portanto fica difícil achar que a lei está fazendo outra coisa a não ser proteger de maneira legítima os direitos à propriedade de cidadãos dos Estados Unidos.

Os acordos da Organização Mundial do Comércio não tratam diretamente da questão das sanções. Percebemos as preocupações sobre essas sanções, e é por isso que tentamos maximizar a pressão sobre os regimes-alvo e minimizar a fricção com os nossos aliados. Acreditamos que nossas ações são coerentes com as nossas obrigações internacionais, estamos preparados para defender essas ações, e acreditamos firmemente que a União Européia está errada em trazer disputas essencialmente políticas a um fórum comercial.

A Lei das Sanções ao Irã e à Líbia não foi questionada. E as questões sobre a Lei Helms-Burton foram suspensas depois do acordo de 11 de abril, graças ao qual os Estados Unidos e a UE podem tentar desenvolver uma disciplina internacional que, uma vez implementada e observada, poderia resultar em uma emenda ao Título IV da Lei Helms-Burton.

P: WEm que pé estão as suas negociações com a UE?

Eizenstat: Trabalhamos muito com a UE durante várias sessões de negociação, para começar a desenvolver disciplinas internacionais para impedir o investimento em propriedade confiscada no mundo inteiro. Acho que, embora ainda haja muitos obstáculos, já começamos a fazer algum progresso. Ambos os lados estão negociando de boa fé.

Ao mesmo tempo, iniciamos um verdadeiro diálogo com o Congresso, com o objetivo de obter uma emenda que dê ao presidente a autoridade de contornar o Título IV se essas disciplinas forem negociadas e observadas. Temos

tido um processo muito transparente no Congresso, com os principais senadores e deputados, no sentido de informá-los sobre a nossa situação.

E achamos que esta é a maneira de resolver essas questões -- e não apresentando, em uma organização de assuntos comerciais, coisas que são, essencialmente, disputas políticas. Isso somente enfraquecerá a Organização Mundial do Comércio (OMC); isso a exporá a críticas desnecessárias e à execração no Congresso. A OMC não é o local adequado para resolver diferenças políticas, e sim disputas comerciais tradicionais. Ninguém pode afirmar, por exemplo, que a Lei de Sanções Contra o Irã e a Líbia ou a Lei Helms-Burton foi imposta como um instrumento de proteção comercial. Ao invés disso, elas foram impostas para dar andamento a agendas de política externa sem nenhuma intenção de beneficiar empresas dos Estados Unidos à custa de empresas de qualquer outra parte do mundo.

P: Qual é a sua opinião a respeito da legislação proposta para eliminar a autoridade, válida por seis meses, que o presidente tem de contornar o Título III da Lei Helms-Burton?

Eizenstat: Isso seria um grave erro porque temos sido capazes de utilizar o poder de decisão no Título III para obter a mais ampla coalizão multi-lateral de interesses na promoção da democracia e dos direitos humanos em Cuba do que tivemos em 37 anos durante os quais Castro tem estado no poder.

A ação da União Européia em Dezembro, sobre uma posição comum condicionando qualquer melhoria nas relações políticas e econômicas a mudanças específicas na conduta de Cuba referente aos direitos humanos e à democracia, as ações dos nossos amigos latinos na cúpula ibero-americana, as ações das organizações não-governamentais européias e dos interesses comerciais europeus -- todas essas ações se tornaram possíveis por causa do poder de decisão proporcionado pelo Título III.

Se você eliminar essa flexibilidade, teremos, na minha opinião, sérios prejuízos ao progresso que já fizemos. Você estará agindo diretamente contra os esforços que este Congresso está fazendo, em parceria com o governo, para obter a cooperação do maior número possível de países no sentido de isolar Castro e pressionar para que haja mudanças em Cuba, no que se refere aos direitos humanos e à democracia. Isso causaria um grande impacto e seria um erro gravíssimo.

P: O governo tem uma política em geral sobre medidas associadas às sanções impostas pelos governos estaduais ou locais dos Estados Unidos, particularmente sobre a lei de Massachusetts que impõe sanções às empresas que fazem negócios com a Birmânia?

Eizenstat: De modo geral, é melhor deixar o presidente e o secretário de estado cuidarem da política externa. Ao mesmo tempo, reconhecemos as razões, e as preocupações morais e com os direitos humanos que levaram o estado de Massachusetts a agir e que levaram outros estados, em outras circunstâncias, a agir.

Nesse caso, estamos mais uma vez decepcionados pelo fato de a União Européia ter solicitado consultoria para resolução de disputa à OMC, quando nós estávamos trabalhando de boa fé para resolver a questão. Esse é mais um caso de uso da OMC para uma medida que, sem dúvida, não é motivada pelo protecionismo comercial.

Este é o caso, especialmente, devido ao grande interesse que os Estados Unidos e a União Européia compartilham na melhoria da situação dos direitos humanos na Birmânia. Aliás, a União Européia já tomou atitudes sobre essa questão -- mais do que eu acho que muitos reconhecem. Por exemplo, eles cortaram a ajuda econômica à Birmânia. Eles não participam de discussões com a Birmânia.

Tendo em vista esse caso, e a resolução unânime do Parlamento Europeu solicitando à Comissão Européia para deixar de tratar a lei de Massachusetts no contexto do processo de um painel da OMC, ficamos ainda mais surpresos pelo fato de a UE ter agido dessa forma.

Como estamos às voltas com o que pode se tornar um processo legal, não estou preparado para falar sobre a nossa percepção das alegações sobre os efeitos da lei, e seria prematuro discutir nossa estratégia legal. Mas continuaremos em contato com os representantes do governo de Massachusetts e da União Européia para tentar chegar a uma resolução que seja satisfatória para ambas as partes.

P: Qual é a sua opinião sobre o projeto de lei proposto pelo Deputado Bill McCollum, e aprovado pela Câmara dos Deputados, para eliminar o direito de decisão do presidente de impor sanções contra países com características terroristas como a Síria e o Sudão?

Eizenstat: Eu já conversei com o Congressista McCollum, que está sinceramente interessado em impedir os estados que estão na lista dos terroristas de cometer atos de terror, e respeitamos muito os seus motivos. Temos as mesmas preocupações sobre o alcance da legislação e do seu impacto sobre certos países como a Síria. Estamos tentando envolver a Síria em um processo de paz que aliviaria as próprias atividades de terrorismo com as quais o congressista está preocupado - e com razão. Estamos tentando resolver essas diferenças com os partidários desse projeto no Capitólio. Ainda não chegamos a um acordo, mas o Congressista McCollum garantiu estar disposto a se encontrar conosco para que possamos falar sobre as nossas preocupações.

P: Qual é a sua opinião sobre o projeto de lei Specter-Wolf para impor sanções unilaterais contra os países que praticam a discriminação religiosa?

Eizenstat: Estamos examinando esta legislação. Nós, naturalmente, somos totalmente contra a discriminação religiosa. O presidente e outros membros do governo, incluindo o secretário de estado, já se pronunciaram veementemente sobre essa questão. Mas queremos ter a certeza de que estamos usando os recursos mais eficazes para proteger a liberdade religiosa.

P: Qual é a sua opinião a respeito das sugestões de alguns membros do Congresso sobre a reforma do processo pelo qual o Congresso impõe sanções, incluindo testes quanto à probabilidade da eficácia e análise de custo-benefício?

Eizenstat: Começamos a acompanhar essa questão e a falar com membros da comunidade empresarial, e com outras pessoas, sobre isso. Isso reflete a preocupação que o empresariado tem sobre o uso cada vez mais frequente das sanções. Examinaremos esta legislação, que no momento se encontra em fase de formação, assim como as preocupações do meio empresarial, nas próximas semanas e meses, procurando ter a certeza de que a nossa política de sanções é eficaz e de que teremos o maior poder de decisão e a máxima flexibilidade para usar as sanções quando isso for necessário por motivos de segurança nacional, mas de maneira a minimizar os danos aos nossos próprios interesses e às relações com os nossos aliados. A criação desse equilíbrio correto é um objetivo que estamos interessados em atingir. □

□ CONTROLES DE EXPORTAÇÃO DE DUPLA UTILIDADE, DOS ESTADOS UNIDOS

William Reinsch, sub-secretário do Comércio Para Administração de Exportação

Apesar do fato de que os controles de exportação progredirão com o avanço da tecnologia e de acordo com as circunstâncias, eles devem continuar sendo uma parte do comércio internacional enquanto os Estados Unidos e seus países amigos se vêem às voltas com persistentes problemas como a proliferação das armas de destruição em massa, a instabilidade regional, e o terrorismo, diz Willaim Reinsch, sub-secretário de comércio para a administração de exportação, dos Estados Unidos.

Reinsch também explica o uso que os Estados Unidos fazem dos controles unilaterais e dos controles de re-exportação.

VISÃO GERAL

Com o advento da Guerra Fria, os Estados Unidos estabeleceram um sistema abrangente de licenciamento para controlar a exportação de produtos e tecnologias que pudessem contribuir com a capacidade militar de outros países. Esse sistema, revisto muitas vezes, continua sendo utilizado atualmente por quatro órgãos do governo norte-americano que são os principais responsáveis pelas licenças de exportação: O Departamento de Estado autoriza as exportações de armas e munições. O Departamento do Tesouro autoriza certas exportações a países que se encontram sob embargo unilateral por parte dos Estados Unidos. O Departamento de Energia autoriza certas exportações relacionadas à energia nuclear. E o Departamento de Comércio autoriza as exportações de produtos e tecnologias de dupla utilização (isto é, aqueles que podem ter tanto usos militares quanto civis).

Desde o fim da Guerra Fria, têm ocorrido mudanças políticas e econômicas extraordinárias, particularmente entre as nações da Europa Oriental e da antiga União Soviética, as quais eram os principais alvos dos controles de exportação ocidentais e que agora participam, em conjunto com os países ocidentais, do controle das exportações. Outra mudança é o ritmo, cada vez mais rápido, da difusão global da tecnologia. A tecnologia sempre foi difícil de conter; agora a Internet, o computador de alto desempenho, e o modem tornam a sua difusão ainda mais fácil. Nós, nos Estados Unidos,

estaremos nos enganando se pensarmos que os controles tradicionais de exportação podem conter a sua propagação, e estaremos subestimando a resistência que encontraremos por parte de outras nações, que nos acusarão de tentar impedir o seu desenvolvimento econômico e a sua entrada na era da informação global.

Ao invés disso, os Estados Unidos devem fazer, na prática, o que sempre disseram que querem fazer na teoria - focalizar os seus controles nos gargalos sem os quais uma arma ou um míssil não pode ser construído e que podem ser controlados por causa de suas qualidades especiais, do pequeno número de produtores, e dos limitados usos alternativos.

Agora enfrentamos também as complexidades cada vez maiores dos estados renegados, como o Irã, o Iraque, a Líbia, e a Coréia do Norte, que continuam determinados a adquirir armas de destruição em massa e continuam desestabilizando as suas regiões por meio do seu apoio ao terrorismo. Os problemas agora não se limitam ao acúmulo de armas convencionais e aos esforços para adquirir capacidade nuclear; eles também incluem armas químicas e biológicas e a tecnologia de mísseis para lançá-las. A facilidade de encontrar alguns desses ingredientes e tecnologias -- que também podem ser usadas para fins civis -- em quase qualquer lugar torna a ameaça mais perigosa e a nossa tarefa de controle de exportação mais difícil.

Aprendemos, por meio da nossa experiência com o Comitê de Coordenação de Controles Multi-Laterais de Exportação (Coordinating Committee for Multilateral Export Controls (COCOM)), que o multilateralismo é essencial para o nosso sucesso, embora ele ainda continue desigual na prática. A experiência de lidar com novas ameaças resultou em mudanças no sistema de controle de exportação dos Estados Unidos e em mudanças na maneira pela qual o Escritório de Administração de Exportação (Bureau of Export Administration (BXA)), do Departamento de Comércio (Commerce Department) funciona. O governo Clinton tem trabalhado arduamente para lidar com essas mudanças.

Uma das mais significativas realizações do governo na área de controle de exportação nos últimos quatro anos foi a ratificação da Convenção Sobre Armas Químicas (Chemical Weapons Convention (CWC)). A CWC, que proíbe o desenvolvimento, a produção, a retenção, a transferência, e o uso de armas químicas, é o mais abrangente tratado de controle de armas desde a Segunda Guerra Mundial, e esperamos fazer um trabalho junto às indústrias para assegurar a implementação de um programa eficaz de conformidade com o tratado. A BXA será o principal órgão responsável pela obtenção de declarações de dados e pelo gerenciamento das inspeções de instalações civis.

O Acordo Wassenaar (Wassenaar Arrangement) sobre controles de exportação de tecnologias de dupla utilização e armas convencionais também entrou em vigor. Ao contrário do seu regime anterior, o COCOM, o Acordo Wassenaar não possui uma autoridade central forte e nem países-alvo específicos, e tem um número muito maior de participantes. Tudo isso faz com que seja difícil obter um consenso. No entanto, a sua inclusão dos armamentos convencionais é um grande avanço, e eu tenho certeza de que quando for estabelecida uma rotina para os seus procedimentos e requisitos de fornecimento de informações, a disciplina crescerá.

Uma das coisas que o CWC e o Acordo Wassenaar nos ensinaram é que os acordos de limitação de armas raramente nascem inteiramente desenvolvidos e completos. Eles evoluem com o tempo. O estabelecimento da adesão e da conformidade é um processo contínuo que exige anos de paciência e a criação de um clima de confiança. Vale a pena esperar pelo resultado, e o tempo gasto com isso não é desperdiçado. Mesmo os trabalhos em andamento trazem o sucesso ao longo do caminho.

Além disso, fizemos mudanças significativas ao reformular o processo de licenciamento para ajudar as empresas dos Estados Unidos a competir no mercado mundial: liberalização de computadores; reformulação no licenciamento de software, semi-condutores, equipamento de fabricação de semi-condutores, e osciloscópios; um novo sistema para rever a jurisdição de mercadorias entre os departamentos de Estado e de Comércio.

INFORMAÇÕES DE CARÁTER GERAL

Embora o Departamento de Estado emita um número maior de licenças de exportação, o Departamento de

Comércio controla uma variedade maior de mercadorias. A Lista de Controle de Comércio (Commerce Control List (CCL)), do Departamento de Comércio compreende dois tipos de itens: os que os Estados Unidos controlam como parte das suas obrigações em relação a um dos regimes multi-laterais de controle (o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (Missile Technology Control Regime), o Grupo de Austrália, referente a armas químicas e biológicas, o Grupo de Fornecedores Nucleares (Nuclear Suppliers Group), ou o Acordo de Wassenaar) e aqueles que o país controla unilateralmente, como por exemplo, os itens controlados por motivos relacionados aos direitos humanos ou à oposição ao terrorismo.

A autoridade do Departamento de Comércio para regulamentar as exportações é baseada em um ato do executivo no qual o presidente, exercendo a autoridade que lhe é conferida pela Lei Internacional de Poderes Econômicos de Emergência (International Economic Emergency Powers Act), determinou que o Departamento de Comércio cumprisse as disposições da Lei de Administração da Exportação de 1979 (Export Administration Act of 1979) -- frequentemente conhecida como EAA. Esta lei, que estabeleceu a estrutura legal para os controles de exportação de itens de dupla utilização, permaneceu em vigor até 1994. Desde então nenhuma legislação reautorizando a EAA foi implementada, apesar de rigorosos esforços para fazê-lo. As dificuldades na adoção de uma nova EAA refletem as incertezas na política externa dos Estados Unidos geradas pelo fim da Guerra Fria, o crescimento das ameaças regionais, a importância cada vez maior da não-proliferação, e sob um ponto de vista diferente, a competitividade econômica. Embora o debate sobre uma nova lei de controle de exportação continue, o ato do executivo cria as condições para que os Estados Unidos continuem a regulamentar as exportações de itens de dupla utilização, para garantir que elas sejam consistentes com a nossa segurança nacional e a nossa política externa.

O objetivo de se colocar um item na CCL é garantir que a sua exportação não contrarie os objetivos dos Estados Unidos quanto à segurança nacional, à política externa e à não-proliferação. O mecanismo para isso é requerer que os exportadores obtenham uma licença junto ao Departamento de Comércio antes de terem permissão para expedir os produtos. Esses pedidos de licença são examinados por vários órgãos governamentais, que fazem suas recomendações sobre conveniência de aprovar ou vetar o pedido. Os departamentos de Defesa, Estado e

Energia, e a Agência de Controle de Armas e Desarmamento (Arms Control and Disarmament Agency) são os principais órgãos que examinam as decisões do Departamento de Comércio. As licenças para as exportações de produtos de criptografia também são examinados pelo Departamento de Justiça. Cada órgão governamental traz ao processo as suas preocupações e competências específicas.

Em muitos casos, para muitos itens exportados para certos países, os Estados Unidos resolveram não exigir uma licença. Por exemplo, muitas exportações para aliados dos Estados Unidos como o Japão, a Austrália, ou os países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte, não requerem aprovação. Em outros casos, tecnologias menos avançadas podem não requerer aprovação prévia para a exportação para países responsáveis que não sejam aliados muito próximos. O Departamento de Comércio se reserva o direito de remover essas isenções de licenças quando isso se tornar necessário, e uma disposição especial dos regulamentos (conhecida como Iniciativa de Controle Reforçado de Proliferação (Enhanced Proliferation Control Initiative)) funciona como uma disposição abrangente para que o Departamento de Comércio possa exigir uma licença para a exportação de qualquer item que se destine a um projeto de proliferação que cause preocupação. Além disso, os Estados Unidos possuem requisitos de licenciamento muito rigorosos para sete países que o secretário de estado identificou como estados patrocinadores do terrorismo internacional -- Irã, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Cuba, Síria, e Sudão. As restrições de licenciamento dos Estados Unidos para as exportações para esses países são muito maiores do que as exigências dos regimes multi-laterais e talvez sejam as mais abrangentes no mundo.

Para certas tecnologias, como por exemplo, computadores de alto desempenho, os Estados Unidos desenvolveram uma série de limites. Os computadores cujo desempenho estiver abaixo desses limites podem ser exportados sem uma licença. Esses limites são muito altos para a Europa Ocidental e para o Japão e extremamente baixos para os sete países terroristas. Essa abordagem procura equilibrar as preocupações reais de segurança com o desempenho e reduzir o fardo da regulamentação para os exportadores quando eles estiverem enviando produtos para usuários finais seguros. Embora a política de exportação de computadores de alto desempenho dos Estados Unidos tenha sido muito questionada recentemente, acreditamos que ela continua funcionando muito bem.

Em geral, o processo de licenciamento do Departamento de Comércio segue as instruções encontradas em outro ato do executivo que determina prazos e procedimentos para a resolução de disputas para o licenciamento de exportações. Esse ato do executivo criou uma nova estrutura para o licenciamento das exportações nos Estados Unidos. Ele estabeleceu uma hierarquia de comitês, desde o nível operacional, passando pelos secretários-assistentes e em seguida chegando aos secretários em nível ministerial. Se uma disputa continuar além desse último nível, o presidente determinará, finalmente, se uma licença deve ou não ser aprovada. Na verdade, quase nenhuma licença é enviada aos secretários em nível ministerial para a tomada de decisões, mas os órgãos governamentais discordam em suas recomendações iniciais sobre talvez 5 por cento de todos os pedidos de licenças enviados ao Departamento de Comércio.

DECISÕES DE POLÍTICA

No processo de decisão de permitir ou não que uma exportação seja efetuada, o Departamento de Comércio leva vários fatores em consideração. Para os itens controlados como parte do Acordo Wassenaar, o Departamento de Comércio pondera se a exportação poderia ou não fazer uma contribuição significativa para o desenvolvimento de uma capacidade militar prejudicial à segurança nacional dos Estados Unidos. Para os itens controlados para uso em mísseis, ou armas nucleares, químicas e biológicas, o Departamento de Comércio avalia se a exportação poderia fazer uma “contribuição material” à proliferação dessas armas de destruição em massa.

Os controles unilaterais dos Estados Unidos levam em consideração questões diferentes e se aplicam a itens adicionais não controlados pelos regimes multi-laterais. Os Estados Unidos examinam três conjuntos de questões para esses controles unilaterais: a estabilidade regional, o controle da criminalidade, e a luta contra o terrorismo. Ao decidir se aprova ou não as exportações de itens controlados para fins de estabilidade regional, os Estados Unidos consideram se a exportação poderia contribuir para a capacidade militar de um país de forma a alterar ou desestabilizar o equilíbrio militar da região, contrariando os interesses nacionais dos Estados Unidos. As decisões sobre a exportação de itens controlados para o controle da criminalidade são baseadas nos interesses dos Estados Unidos em promover os direitos humanos.

Os controles anti-terrorismo sobre as exportações e re-exportações de produtos controlados pelos Estados Unidos são mais complicados. Em muitos casos, um exportador precisa obter a aprovação do Escritório de Controle de Bens no Exterior (Office of Foreign Asset Control), do Departamento do Tesouro antes de receber a permissão para fazer uma transação financeira (como por exemplo, receber o pagamento pela exportação). O Iraque e a Líbia estão sujeitos a embargos da ONU, e o Irã está sujeito a um embargo unilateral abrangente por parte dos Estados Unidos. As exportações dos Estados Unidos para esses países são muito pequenas, com exceção de algumas doações humanitárias de alimentos, remédios, e outros artigos para Cuba e a Coreia do Norte. Embora os efeitos econômicos dessas sanções variem, elas cumprem uma finalidade útil: elas expressam uma forte objeção ao comportamento desses estados que apoiam o terrorismo internacional.

Em alguns casos, e mais particularmente no caso dos itens controlados devido à oposição ao terrorismo, os Estados Unidos se adiantam e impõem requisitos de “re-exportação”. Isso significa que quando um item produzido nos Estados Unidos ou produzido com tecnologia ou componentes dos Estados Unidos está sendo revendido para um dos sete estados terroristas, o exportador, em um terceiro país, deve obter aprovação prévia dos Estados Unidos para a venda. Este requisito de re-exportação também se aplica a algumas outras tecnologias sensíveis ou avançadas que estejam sendo re-exportadas com qualquer destino. Embora alguns parceiros dos Estados Unidos na área de comércio e segurança, com os quais temos um estreito relacionamento, tenham se manifestado contra esses controles de re-exportação, alegando que os mesmos são extra-territoriais, os Estados Unidos continuam a considerá-los uma parte vital do nosso sistema de controle de exportação e necessários para atingir os objetivos de segurança nacional e de política externa dos Estados Unidos.

Uma área particularmente interessante é o controle que os Estados Unidos fazem das exportações de criptografia. Até 1997, os Estados Unidos consideraram a criptografia como uma arma. O crescente uso industrial da criptografia e a expansão da Internet resultaram no reconhecimento de que essa é uma tecnologia cada vez mais comercial ao invés de ser um produto militar. O Departamento do Comércio emitiu regulamentos em 30 de dezembro de 1996 para implementar a nova política dos Estados Unidos sobre a criptografia. Os principais

elementos da regulamentação incluem a transferência de itens de criptografia comercial da Lista de Armamentos Americanos do Departamento de Estado (State Department's U.S. Munitions List) para a Lista de Controles de Comércio, o tratamento liberalizado para produtos recuperáveis, e um período de transição de dois anos durante o qual os produtos de criptografia não essenciais de recuperação de DES de 56 bits ou de capacidade equivalente podem ter sua exportação aprovada, tendo como base o compromisso da indústria no sentido de construir e comercializar produtos-chave recuperáveis e apoiar uma infra-estrutura-chave de gerenciamento para o comércio eletrônico. Os controles sobre a exportação de criptografia continuam a ser uma das principais áreas de debate na política de controle de exportações e o ponto focal de vários esforços legislativos.

AS PRÓXIMAS ETAPAS

Uma parte especial dos controles de exportação tem sido o trabalho em conjunto com as nações da antiga União Soviética e com nações que estão entrando agora no processo de industrialização, para desenvolver a estrutura legal e regulamentar necessária para que haja controles eficazes. Este esforço tem sido útil na integração desses estados à comunidade internacional.

Os Estados Unidos continuam a aperfeiçoar os seus controles de exportação em função da situação de segurança internacional que está sempre sofrendo mudanças, e a trabalhar em estreita cooperação com os seus parceiros nos regimes multi-laterais para garantir que haja práticas comuns que contribuam para a estabilidade e para a paz sem impedir o acesso ao comércio legítimo. Os controles de exportação continuam a evoluir à medida que nós reavaliamos a sua função de contribuir para a não-proliferação e para a segurança nacional. Muita coisa vai depender do trabalho dos regimes multi-laterais e do desenvolvimento de novas leis. No entanto, o elemento que é constante é uma visão comum, nos Estados Unidos e com os nossos parceiros, de que os controles de exportação contribuem para os mais amplos interesses nacionais e internacionais, e continuarão a fazer parte das práticas dos estados responsáveis.

□

FATOS E NÚMEROS

☐ VISÃO GERAL DAS SANÇÕES REGULAMENTARES DOS DOS EUA COM RELAÇÃO À POLÍTICA EXTERNA

A seguir há uma lista das leis atualmente em vigor que foram aprovadas pelo Congresso autorizando sanções econômicas dos Estados Unidos por motivos associados à política externa. Elas são apresentadas na ordem cronológica invertida; o número entre parênteses é a data na qual a lei entrou em vigor. A lista exclui as leis autorizando sanções com o objetivo de retaliar contra barreiras comerciais desleais e punir violações de medidas de conservação.

LEI ORÇAMENTÁRIA SOBRE OPERAÇÕES NO EXTERIOR, FINANCIAMENTO PARA EXPORTAÇÃO E PROGRAMAS RELACIONADOS, EXERCÍCIO DE 1997

(30 de setembro de 1996)

A Seção 570 desta lei proíbe novos investimentos na Birmânia, até que haja progresso no que se refere aos direitos humanos, e requer que os representantes norte-americanos das instituições financeiras internacionais votem contra gastos que se destinam à Birmânia.

A Seção 533 proíbe a ajuda dos Estados Unidos a qualquer país que não esteja observando as sanções da ONU contra o Iraque e a Sérvia-Montenegro. Ela também autoriza o presidente a banir importações, pelos Estados Unidos, de produtos de países que não tenham implementado restrições comerciais contra o Iraque e a Sérvia-Montenegro.

A Seção 553 impõe condições para a liberação de ajuda estrangeira à Organização Para a Libertação da Palestina.

A Seção 507 proíbe a ajuda estrangeira direta aos sete países na lista do Departamento de Estado de países que apóiam o terrorismo: Cuba, Irã, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Sudão, e Síria.

A Seção 523 proíbe, com exceções específicas, ajuda estrangeira indireta a Cuba, Irã, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Síria e China.

A Seção 567 restringe, com exceções específicas, a ajuda militar à Guatemala.

A Seção 569 restringe, com exceções específicas, a ajuda estrangeira ao Haiti.

A Seção 579 exige que os representantes norte-americanos das instituições financeiras internacionais se oponham aos gastos que se destinem a qualquer país onde o provo pratique a mutilação genital feminina e onde o governo não tenha feito nenhum esforço para educar o povo contra a execução desta prática.

LEI DAS SANÇÕES CONTRA O IRÃ E A LÍBIA, DE 1996 (5 de agosto de 1996)

Esta lei exige que o presidente imponha sanções contra as empresas estrangeiras que invistam US\$40 milhões em qualquer período de um ano para o desenvolvimento dos recursos petrolíferos do Irã ou da Líbia (em agosto e 1997, o limite foi reduzido para US\$20 milhões para o Irã). As sanções são também impostas a qualquer empresa estrangeira que exporte, para a Líbia, produtos como aeronaves e equipamento para o refino de petróleo que sejam proibidos pelas resoluções da ONU. As sanções incluem a impossibilidade de obter créditos do Export-Import Bank, a impossibilidade de obter licenças para exportações controladas dos Estados Unidos, a proibição de obter empréstimos de instituições financeiras dos Estados Unidos, e a proibição de participar de concorrências para o fornecimento de produtos e serviços ao governo dos Estados Unidos.

O Senador Alfonse D'Amato, que promoveu a lei, e outros membros do Congresso criticaram uma decisão do governo Clinton, em agosto, de não se opor à construção de um gasoduto que percorre o território do Irã, ligando o local de fornecimento do produto no Turcomenistão à demanda do mercado na Turquia.

Ainda em agosto, a empresa canadense Bow Valley Energy Limited assinou um contrato para desenvolver o

campo petrolífero de Balal, no Irã. D'Amato insistiu para que o Departamento de Estado impusesse sanções contra Bow Valley e seus sócios. O Departamento de Estado ainda não se pronunciou sobre esse assunto.

LEI ANTI-TERRORISMO E PENA DE MORTE (NA PRÁTICA) DE 1996 (24 de abril de 1996)

Esta lei proíbe cidadãos dos Estados Unidos de apoiar organizações terroristas e de se envolver em transações financeiras com governos que constam da lista de terrorismo do Departamento de Estado: Cuba, Irã, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Sudão, e Síria.

Como cinco desses países já estavam sujeitos a embargos abrangentes por parte dos Estados Unidos, a lei de 1996 somente afetou a Síria e o Sudão, e somente a Síria tinha um volume significativo de comércio com os Estados Unidos. As normas de agosto de 1996 do Departamento do Tesouro que implementam a lei somente proíbem as transações financeiras com a Síria e o Sudão que possam promover atividades terroristas nos Estados Unidos. Considerando as ações do governo Clinton excessivamente limitadas e contrárias às intenções do Congresso de acordo com a lei de 1996, membros da Câmara dos Deputados aprovaram uma lei em julho de 1997 (com a seguinte votação: 377-33) que, essencialmente, eliminaria o poder do governo de proibir transações com os dois países. Uma disposição de um projeto de lei de despesas associadas à política externa, aprovada pelo Senado, daria ao presidente a autoridade de abrir mão de sanções em conformidade com a lei por motivos de segurança nacional. Uma resolução das diferentes abordagens pode surgir de uma conferência entre o Senado e a Câmara a respeito da lei sobre despesas.

A lei também proíbe certos tipos de ajuda dos Estados Unidos a qualquer país que forneça assistência ou equipamento militar letal a um país que estiver na lista de terrorismo, exige que os representantes americanos em instituições financeiras internacionais se oponham às despesas que se destinem a esses países, e proíbe as exportações de armamentos a qualquer país que, na percepção do presidente, não esteja cooperando na luta contra o terrorismo.

LEI DE 1996 SOBRE A LIBERDADE EM CUBA E A SOLIDARIEDADE DEMOCRÁTICA (LEI HELMS-BURTON) (HELMS-BURTON ACT)

(12 de março de 1996)

O Título I codifica o amplo embargo comercial que os Estados Unidos mantêm contra Cuba desde 1960, por meio de regulamentação em conformidade com a Lei de Ajuda Externa (Foreign Assistance Act), a Lei dos Negócios Com o Inimigo (Trading With the Enemy Act), e outras leis. Ele também determina que os representantes americanos das instituições financeiras internacionais se oponham ao ingresso de Cuba nessas instituições, e restringe os pagamentos dos Estados Unidos a qualquer uma dessas instituições que aprove assistência a Cuba, ignorando as objeções dos Estados Unidos. Ele proíbe a assistência a qualquer ex-república soviética que auxilie ou faça negócios com o governo de Cuba, que não sejam conduzidos de acordo com as leis do mercado. Ele subtrai da ajuda dos Estados Unidos à Rússia um montante igual ao apoio da Rússia à sua instalação de inteligência em Lourdes, Cuba; ele reduz a ajuda externa a qualquer país, no mesmo valor que o país fornecer às instalações nucleares de Juragua, em Cuba.

O Título III dá aos cidadãos dos Estados Unidos o direito de processar, em tribunais federais dos Estados Unidos, quaisquer empresas estrangeiras que estiverem investindo em ou obtendo lucros de propriedades confiscadas deles pelo governo de Cuba; ele permite o pagamento de indenizações de até três vezes o valor da propriedade confiscada. O Presidente Clinton renunciou a esse direito por períodos de seis meses em três ocasiões: em julho de 1996, janeiro de 1997 e julho de 1997. Espera-se que as leis recentemente apresentadas removendo a autoridade de renúncia do presidente obtenham apoio maciço da Câmara dos Deputados.

A União Européia (UE) questionou o Título III na Organização Mundial do Comércio. Em abril a UE suspendeu a sua oposição, pois ela está tentando negociar, até 15 de outubro, um acordo formal internacional sobre as disciplinas para o confisco de propriedade. O governo Clinton se comprometeu a pedir ao Congresso que faça as modificações na lei sugeridas pela UE, se o acordo sobre o confisco for alcançado. Essas negociações ainda se encontram em andamento.

O Título IV determina que o Departamento de Estado se recuse a conceder vistos a qualquer estrangeiro, assim como à sua esposa e filhos, que esteja envolvido com o

tráfico de propriedade confiscada em Cuba e que seja objeto de reivindicação por parte de um cidadão dos Estados Unidos. Até agora, o Departamento já impediu a entrada, nos Estados Unidos, de executivos da empresa canadense de mineração Sherritt International e da empresa mexicana de tele-comunicações Grupos Domos.

Em julho, o grupo italiano de tele-comunicações Stet fez um acordo com o Departamento de Estado para compensar o conglomerado americano ITT pelo trabalho no sistema de telefonia de Cuba, que a ITT controlava antes do confisco efetuado por Castro. Dessa forma, a Stet conseguiu imunidade, de fato, em relação ao Título III e ao Título IV..

LEI DE AUTORIZAÇÃO DE DEFESA NACIONAL PARA O EXERCÍCIO DE 1996 (NATIONAL DEFENSE AUTHORIZATION ACT FOR FISCAL YEAR 1996) (10 de fevereiro de 1996)

Esta lei proíbe o Departamento de Defesa de conceder ajuda aos países na lista de terrorismo do Departamento de Estado.

LEI DE AUTORIZAÇÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES PARA 1994 E 1995, COM EMENDAS (FOREIGN RELATIONS AUTHORIZATION ACT FOR 1994 AND 1995, AS AMENDED) (30 de abril de 1994)

Esta lei proíbe o governo federal de vender produtos ou serviços de defesa a qualquer país que, “segundo se saiba”, tenha solicitado conformidade com o boicote secundário a Israel, promovido pela Liga Árabe. O presidente aplicou esta sanção ao Irã, Iraque, Líbia, Sudão, Síria, e Iêmen. Ele se recusou a aplicá-la à Argélia, Bahrain, Bangladesh, Kuwait, Líbano, Oman, Qatar, Arábia Saudita, e Emirados Árabes Unidos.

EXTENSÃO DA EMENDA HICKENLOOPER (HICKENLOOPER AMENDMENT EXPANSION) (30 de abril de 1994)

Esta disposição proíbe os Estados Unidos de conceder ajuda externa a países que tenham confiscado propriedade de um cidadão norte-americano sem indenização, e determina que os representantes dos Estados Unidos em instituições financeiras internacionais se oponham às despesas destinadas a esses países.

LEI PARA A PREVENÇÃO DA PROLIFERAÇÃO NUCLEAR DE 1994 (NUCLEAR PROLIFERATION PREVENTION ACT OF 1994) (30 de abril de 1994)

As Seções 821 e 824 determinam sanções contra qualquer pessoa que, segundo se saiba, tenha ajudado um estado que não possuía armas nucleares a adquirir materiais ou engenhos nucleares. As sanções proíbem qualquer uma dessas pessoas de participar de licitações para o fornecimento de produtos ou serviços ao governo dos Estados Unidos ou de negociar títulos do governo federal.

A Seção 825 proíbe o Export-Import Bank of the United States (Ex-Im Bank) de conceder crédito a qualquer país que ajudar um estado não possuidor de armas nucleares a adquirir engenhos ou materiais nucleares.

A Seção 530 proíbe os Estados Unidos de fornecer ajuda externa aos estados não possuidores de armas nucleares que violem os acordos da Agência Internacional de Energia Atômica (International Atomic Energy Agency) ou os acordos bilaterais de cooperação nuclear.

A lei também emenda a Lei de Controle de Exportação de Armas (Arms Export Control Act) de várias maneiras. Ela proíbe o governo dos Estados Unidos de vender armas e serviços de defesa a países que estiverem violando os acordos de não-proliferação nuclear. Ela proíbe a ajuda externa a qualquer país que receber ou entregar, a outro país, materiais ou tecnologia de enriquecimento nuclear sem as devidas salvaguardas ou que tente exportar ilegalmente, dos Estados Unidos, qualquer coisa usada para fazer armas nucleares. Ela também determina várias sanções contra ambos os lados em uma transferência de engenhos, componentes, ou projetos nucleares, de qualquer país para um país não possuidor de armas nucleares.

LEI DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS IRÃ-IRAQUE DE 1992, COM EMENDAS (IRAN-IRAQ ARMS NON-PROLIFERATION ACT OF 1992, AS AMENDED) (23 de outubro de 1992)

Esta lei aplica ao Irã as mesmas proibições de licenças de exportação que foram aplicadas ao Iraque na Lei de Sanções Contra o Iraque de 1990 (Iraq Sanctions Act of 1990). Ela também determina sanções contra qualquer governo estrangeiro que transferir tecnologia ou produtos que ajudem o Irã ou o Iraque a adquirir armas convencionais avançadas, ou armas químicas, biológicas, ou nucleares. Essas sanções incluem a suspensão de ajuda

externa, a impossibilidade de obter acesso a contratos de fornecimento de produtos ou serviços ao governo dos Estados Unidos, a impossibilidade de obter licenças de exportação, oposição a gastos destinados ao país-alvo por parte de instituições financeiras internacionais, e suspensão de transferências e vendas militares.

LEI SOBRE A DEMOCRACIA EM CUBA DE 1992 (CUBAN DEMOCRACY ACT OF 1992)

(23 de outubro de 1992)

Esta lei reafirma ou modifica a legislação anterior utilizada para a imposição de um embargo comercial total contra Cuba, incluindo a Lei de Ajuda Externa de 1961 (Foreign Assistance Act of 1961), a Lei Sobre Negócios Com o Inimigo (Trading With the Enemy Act), a Lei Internacional de Poderes Econômicos de Emergência (International Emergency Economic Powers Act), e a Lei da Administração de Exportação de 1979 (Export Administration Act of 1979).

A Seção 1704(b) autoriza o presidente a aplicar sanções contra países estrangeiros que proporcionem subsídios, façam vendas com concessões a Cuba, que subvençionem exportações para Cuba, ou que dêem tratamento preferencial às importações de Cuba. As sanções incluem a impossibilidade de obter ajuda externa, impossibilidade de adquirir armamentos controlados que sejam vendidos pelo governo dos Estados Unidos, e de obter redução de dívida do governo dos Estados Unidos.

A Seção 1706 estende o embargo norte-americano contra o comércio com Cuba às subsidiárias estrangeiras de empresas norte-americanas. Ela também restringe os privilégios nos portos dos Estados Unidos para os navios que transportarem produtos cubanos ou que estejam envolvidos com o comércio em portos cubanos.

A Seção 1705 permite, com algumas exceções, as doações de alimentos às organizações não-governamentais cubanas; as exportações de remédios, suprimentos e equipamentos médicos; a provisão de serviços de telecomunicação e instalações apropriadas; serviço direto de correios entre os Estados Unidos e Cuba, e assistência para a promoção de mudanças democráticas não violentas em Cuba.

LEI PARA O CONTROLE DE ARMAS QUÍMICAS E BIOLÓGICAS E PARA A ELIMINAÇÃO DA GUERRA QUÍMICA E BIOLÓGICA, DE 1991 (CHEMICAL AND BIOLOGICAL WEAPONS CONTROL AND WARFARE ELIMINATION ACT OF 1991) (4 de dezembro de 1991)

As seções 306 e 307 determinam sanções contra um país que, segundo se saiba, tenha usado armas químicas ou biológicas, infringindo as leis internacionais, ou contra os seus próprios cidadãos. As sanções, que o presidente pode ser recusar a impor, são a interrupção da ajuda externa e do financiamento externo para fins militares, proibição de certas exportações controladas dos Estados Unidos, e a impossibilidade de obter crédito do Ex-Im Bank.

Essa lei também emenda a Lei de Controle de Exportação de Armas (Arms Export Control Act) e a Lei de Administração de Exportação (Export Administration Act). Essas seções determinam sanções contra os estrangeiros que exportam tecnologia ou produtos que ajudem um país terrorista a adquirir armas químicas ou biológicas. As sanções proíbem o estrangeiro de participar de concorrências para o fornecimento de produtos e serviços para o governo dos Estados Unidos e de exportar produtos para os Estados Unidos.

LEI DAS SANÇÕES CONTRA O IRAQUE, DE 1990 (IRAQ SANCTIONS ACT OF 1990)

(5 de novembro de 1990)

Além do abrangente embargo comercial imposto pelos Estados Unidos contra o Iraque em agosto de 1990, depois que o Iraque invadiu o Kuwait, o Congresso aprovou esta lei, negando ao Iraque o acesso à ajuda externa dos Estados Unidos e ao crédito do Ex-Im Bank, e determinando que os Estados Unidos se opusessem aos gastos destinados ao Iraque, a serem feitos pelas instituições financeiras internacionais.

A lei também restringe as exportações de super-computadores dos Estados Unidos para países que contribuem para a capacidade do Iraque de construir e adquirir armas.

O presidente pode se recusar a aplicar essas sanções, se houver uma mudança de liderança no Iraque.

LEI DE AUTORIZAÇÃO DE DEFESA NACIONAL PARA 1990-1991, COM EMENDAS (NATIONAL DEFENSE AUTHORIZATION ACT FOR 1990-1991, AS AMENDED) (5 de novembro de 1990)

Esta lei impõe sanções contra estrangeiros que exportarem produtos ou tecnologia controlada pelo Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (Missile Technology Control Regime (MTCR)) para um país não participante do MTCR se essa venda ajudar o país a produzir mísseis. Esta sanção é aplicável ainda que a exportação não seja de origem norte-americana ou não seja feita de tecnologia originária dos Estados Unidos.

De acordo com uma disposição conhecida como emenda Helms, que tem como país-alvo a China, qualquer sanção imposta sobre um estrangeiro em uma economia que não seja de mercado deverá também ser imposta ao governo local. As sanções proíbem os Estados Unidos de exportar armas para esses locais e proíbem esses países de participar de concorrências para fornecer produtos ou prestar serviços ao governo dos Estados Unidos. O Presidente Clinton impôs essas sanções contra a China e o Paquistão em agosto de 1993; ele cancelou as sanções contra a China em novembro de 1994; o prazo de validade das sanções contra o Paquistão expirou após dois anos.

LEI DE AUTORIZAÇÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES PARA 1990-91, COM EMENDAS (16 de fevereiro de 1990) (FOREIGN RELATIONS AUTHORIZATION ACT FOR 1990-91, AS AMENDED) (February 16, 1990)

Esta lei proíbe a concessão de certos benefícios pelos Estados Unidos à China, incluindo crédito da Overseas Private Investment Corporation (OPIC); ajuda externa; exportações de certos satélites; e licenças para a exportação de certos armamentos, equipamento para o controle da criminalidade, e materiais, tecnologia, e equipamento nuclear.

LEI COMERCIAL SOBRE O CONTROLE DE NARCÓTICOS (NARCOTICS CONTROL TRADE ACT) (27 de outubro de 1986) E LEI SOBRE AJUDA EXTERNA, COM EMENDAS (FOREIGN ASSISTANCE ACT, AS AMENDED) (4 de setembro de 1961)

De acordo com as Seções 481 e 490 da Lei de Ajuda Externa, com emendas, nenhuma ajuda externa ou crédito do Ex-Im Bank ou da OPIC pode ser concedido(a) a nenhum país que produz drogas ou que serve de passagem para o transporte de drogas, que não esteja certificado, segundo o presidente, como país que está cooperando com os esforços dos Estados Unidos contra as drogas.

A Seção 802 da Lei Comercial Sobre o Controle de Narcóticos determina que o presidente aplique outras sanções a esses países não-certificados, incluindo a não concessão de tarifas preferenciais de acordo com o Sistema Generalizado de Preferências (Generalized System of Preferences (GSP)), e a restringir o transporte aéreo entre os Estados Unidos e esses países.

A Seção 803 da lei proíbe o presidente de atribuir qualquer quota americana de importação de açúcar de qualquer país cujo governo esteja envolvido no comércio ilegal de drogas ou deixe de cooperar com os esforços dos Estados Unidos contra os narcóticos.

LEI ORÇAMENTÁRIA DO DEPARTAMENTO DE DEFESA, DE 1987 (DEPARTMENT OF DEFENSE APPROPRIATIONS ACT OF 1987) (18 de outubro de 1986)

Esta lei proíbe o Departamento de Defesa dos Estados Unidos de assinar contratos de US\$100,000 ou mais com empresas de propriedade de ou controladas pelo governo de um país que esteja na lista de terrorismo do Departamento de Estado..

LEI DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A SEGURANÇA E O DESENVOLVIMENTO, DE 1985 (INTERNATIONAL SECURITY AND DEVELOPMENT COOPERATION ACT OF 1985) (8 de agosto de 1985)

A Seção 505 autoriza o presidente a restringir ou banir importações de produtos e serviços dos países que estejam na lista de terrorismo do Departamento de Estado, e a proibir a exportação de produtos e tecnologia para a Líbia.

LEI DE ADMINISTRAÇÃO DE EXPORTAÇÃO, DE 1979, COM EMENDAS (EXPORT ADMINISTRATION ACT (EAA) OF 1979, AS AMENDED) (29 de setembro de 1979)

A Seção 11A impõe sanções contra estrangeiros que violarem certos controles multi-laterais de exportação. As sanções proíbem as importações e participação de concorrências para a prestação de serviços ou fornecimento de produtos para o governo dos Estados Unidos. Essas sanções foram impostas em 1988 contra a Toshiba Machine Company, do Japão, e contra a Kongsberg Trading Company, da Noruega.

LEI DE PODERES ECONÔMICOS INTERNACIONAIS DE EMERGÊNCIA (INTERNATIONAL EMERGENCY ECONOMIC POWERS ACT (IEEPA)) (28 de outubro de 1977)

Em conformidade com esta lei, o presidente tem ampla autoridade para “lidar com uma ameaça incomum e extraordinária, que tenha sua origem inteira ou parcialmente fora dos Estados Unidos, à segurança nacional, à política externa, ou à economia dos Estados Unidos.”

Depois que o presidente decretar estado de emergência, em âmbito nacional, ele pode restringir ou proibir virtualmente qualquer transação econômica externa: importações, exportações, e transferência de dinheiro ou crédito.

Em conformidade com a IEEPA, o Escritório de Controle de Bens Estrangeiros (Office of Foreign Assets Control (OFAC)), do Departamento do Tesouro, administra sanções contra o Irã, a Líbia, o Iraque, a Sérvia-Montenegro, e Angola.

As sanções de 1979 e 1996 proíbem a maior parte das transações dos Estados Unidos como Irã, incluindo qualquer agenciamento e financiamento referente a negócios com produtos e serviços iranianos. Elas proíbem a exportação de produtos dos Estados Unidos para o Irã, assim como a re-exportação para o Irã, de outros países, de certos produtos e tecnologias de origem norte-americana. Elas proíbem os investimentos de pessoas dos Estados Unidos no Irã, assim como aqueles de uma subsidiária estrangeira de uma empresa dos Estados Unidos. As sanções também bloqueiam as transações de certos recursos do governo e do banco

central iraniano que se encontram sob a jurisdição dos Estados Unidos.

No que se refere à Líbia, as sanções de 1986 bloqueiam os recursos, nos Estados Unidos, do governo líbio, e de pessoas que estejam agindo em seu nome. Elas proíbem, essencialmente, todas as exportações dos Estados Unidos para a Líbia; elas permitem a re-exportação para a Líbia de produtos originários dos Estados Unidos que tenham passado por transformações significativas em um terceiro país, com exceção daqueles usados no setor petrolífero líbio.

Para o Iraque, as sanções de 1990, implementando uma resolução das Nações Unidas, bloqueiam os recursos financeiros do governo iraquiano que se encontram nos Estados Unidos. Elas proíbem a maioria das exportações e re-exportações de produtos dos Estados Unidos para o Iraque, bem como as transações financeiras com o governo iraquiano. Sanções unilaterais impostas pelos Estados Unidos também proíbem as exportações de serviços dos Estados Unidos para o Iraque e bloqueiam todas as propriedades do governo iraquiano que estiverem nos Estados Unidos.

Regulamentos do OFAC, de dezembro de 1996, implementando uma resolução posterior da ONU, autorizam empresas dos Estados Unidos a solicitar licenças para adquirir petróleo do Iraque; o faturamento deve ser destinado à compra de material para fins humanitários, a ser enviado aos iraquianos.

Regulamentos de 1992 e 1994 bloqueiam os bens dos governos da Sérvia-Montenegro nos Estados Unidos, assim como os das áreas da Bósnia e Herzegovina controladas pelos Sérvios da Bósnia.

Regulamentos de 1993 proíbem a venda ou o fornecimento de armas e materiais a elas relacionados, ou petróleo e derivados, a Angola, a não ser que isso seja feito através de alguns pontos designados de entrada, e proíbem tais vendas à União Nacional Para a Independência Total de Angola (UNITA).

Também em conformidade com a IEEPA, regulamentos de janeiro de 1995 proíbem todas as transações com pessoas que estejam relacionadas junto ao Departamento de Estado como tendo cometido ou apresentado um risco significativo de cometer atos de violência para prejudicar o processo de paz no Oriente Médio.

❑ VISÃO GERAL DAS LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos têm utilizado leis de controle de exportação continuamente desde 1940. Os primeiros controles tinham como objetivo evitar a escassez de mercadorias críticas durante a Segunda Guerra Mundial. Os controles utilizados durante a Guerra Fria tinham como objetivo, principalmente, evitar o desvio de tecnologia avançada para o bloco soviético e a China. Mais tarde, um número cada vez maior de controles teve a finalidade de modificar o comportamento de outros países.

A seguir apresentamos uma lista das leis de controle de exportação dos Estados Unidos. O número entre parênteses é a data na qual a lei entrou em vigor:

LEI DE ADMINISTRAÇÃO DE EXPORTAÇÃO, DE 1979 (EXPORT ADMINISTRATION ACT OF 1979) (EAA) (29 de setembro 1979)

A Lei de Administração de Exportação (EAA) autoriza o presidente a controlar as exportações de produtos e tecnologia dos Estados Unidos para todos os destinos fora do país, conforme necessário, para fins de segurança nacional, política externa, e devido à escassez.

O Departamento de Comércio administra os Regulamentos de Administração de Exportação (Export Administration Regulations) (EAR), que implementam a EAA, apesar de a validade da EAA ter terminado em agosto de 1994. O Presidente Clinton manteve os controles de exportação da EAA em vigor desde então por meio de um ato executivo, em conformidade com a Lei de Poderes Econômicos Internacionais de Emergência (International Emergency Economic Powers Act (IEEPA)). Embora este uso de poderes de emergência tenha sido legalmente questionado algumas vezes, nenhum questionamento foi bem sucedido até o momento.

As exportações de tecnologia avançada e materiais de “dupla utilização”, que têm tanto aplicações civis quanto militares, são regulamentadas pelo Escritório de Administração de Exportação (Bureau of Export Administration) (BXA), do Departamento de Comércio.

Em sete anos, o Congresso fez cinco tentativas frustradas de reformar a EAA do tempo da Guerra Fria por causa das persistentes diferenças entre os interesses comerciais e de defesa. Agora o Congresso voltará à carga contra a EAA, começando com uma audiência, em outubro, em um sub-comitê da Câmara.

Refletindo a sua origem na Guerra Fria, os controles de exportação do Departamento de Comércio apresentam diferenças entre aqueles impostos por motivos de segurança nacional e aqueles impostos por motivos de política externa.

O objetivo dos controles de segurança nacional era manter uma vantagem qualitativa em termos de armamento, a favor dos Estados Unidos, contra o Bloco Soviético e a China. Os países que ainda se encontram sujeitos aos controles de segurança nacional são as antigas repúblicas da União Soviética, Albânia, Bulgária, China, Cuba, Estônia, Letônia, Lituânia, Mongólia, Coréia do Norte, Romênia, e Vietnã.

O objetivo dos controles de política externa era promover mudanças no comportamento de outros países. A maioria dos controles se destina a interromper a proliferação das armas de destruição em massa e reduzir o apoio ao terrorismo.

Há dois anos o Presidente Clinton apresentou uma proposta legislativa para reforma da EAA, segundo a qual não haveria mais distinção entre controles de segurança nacional e controles de política externa. Ao invés disso haveria uma distinção básica entre os controles multilaterais e os controles unilaterais.

Por meio de um ato do executivo em 1990, o Presidente Bush aumentou enormemente o alcance dos controles de exportação com o objetivo de fazer parar a proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas, e mísseis. A Iniciativa Ampliada de Controle de Proliferação (Enhanced Proliferation Control Initiative (EPCI)) de Bush é uma disposição abrangente que determina que um exportador solicite uma licença ao Departamento de Comércio para o envio de quaisquer produtos que ele ou ela souber que será usado para a

proliferação de armas de destruição em massa, sejam os itens controlados ou não.

Os regulamentos do Departamento de Comércio também controlam as exportações de mercadorias escassas. A exportação de petróleo bruto que tenha sido transportado pelo Oleoduto Trans-Alasca (Trans-Alaska Pipeline) é controlada, assim como a exportação do petróleo bruto e do cedro vermelho colhido de terras federais ou estaduais.

LEI DE PODERES ECONÔMICOS INTERNACIONAIS DE EMERGÊNCIA (INTERNATIONAL EMERGENCY ECONOMIC POWERS ACT (IEEPA)) (28 de outubro de 1977)

A IEEPA confere ao presidente, em tempo de paz, amplos poderes para regulamentar uma ampla gama de transações financeiras e comerciais com outros países, mas somente após decretar estado de emergência em âmbito nacional.

Os presidentes Reagan, Bush, e Clinton decretaram emergências nacionais para manter os controles da EAA em vigor quando a EAA prescreveu em 1983, 1984 e desde meados da década de 90, com exceção de alguns meses durante o ano de 1994.

A seguir apresentamos alguns fatos recentes relacionados a questões atuais sobre os controles de exportação cobertos pela IEEPA:

Criptografia: Um projeto, que sofreu oposição por parte do governo Clinton, para deixar de controlar as exportações de software de criptografia, foi aprovado por dois comitês da Câmara dos Deputados, o do Judiciário e o de Relações Internacionais. Dois outros comitês da Câmara com jurisdição parcial, o de Segurança Nacional e o de Inteligência, aprovaram emendas ao projeto, que, essencialmente, anulam a sua intenção original, incluindo algumas disposições que, de fato, aumentariam os controles domésticos e referentes à exportação, sobre a criptografia. Um quinto comitê, o de Comércio, terá que examinar as várias versões da legislação para elaborar um projeto básico e emendas, para serem submetidos à consideração de toda a Câmara. É pouco provável que a Câmara, na sua totalidade, tome alguma posição na atual sessão.

Um projeto rival, que tem a preferência do governo, foi aprovado pelo Comitê de Comércio do Senado. Ele relaxaria os controles sobre a exportação, mas exigiria a adoção, por parte da indústria, do sistema-chave de

recuperação do governo. Isso daria, aos órgãos de segurança e inteligência, algum meio de decifrar mensagens cifradas, mediante ordem judicial. Nenhum dos projetos até agora foi submetido à apreciação da Câmara e nem do Senado, na sua totalidade.

Enquanto isso, um juiz em uma circunscrição judicial em São Francisco, determinou que os controles sobre a exportação de software de criptografia são inconstitucionais. O juiz determinou que a decisão do governo federal de impedir um professor de ciência da computação da Universidade de Illinois de publicar uma versão do seu software de criptografia via Internet infringiu o seu direito à liberdade de expressão, em conformidade com a Primeira Emenda da Constituição. Outra circunscrição judicial, em Washington, D.C., havia mantido a constitucionalidade dos mesmos regulamentos em 1996. O Departamento de Justiça determinou que os controles sobre a exportação continuarão em vigor até que essa questão seja resolvida.

Computadores: Embora a Câmara tenha aprovado - por 332 votos a favor e 88 contra - uma legislação que impõe controles mais rigorosos sobre a venda de super-computadores dos Estados Unidos para 50 países, incluindo a China e a Rússia, o Senado rejeitou, de maneira decisiva, uma legislação similar. Pode haver uma resolução das abordagens opostas, na conferência da Câmara e do Senado, sobre o projeto subjacente de despesas com o Departamento de Defesa, que deve ser apresentado ao Presidente Clinton, para ser aprovado ou vetado, até 1 de outubro.

Proliferação de Armas: O Departamento do Comércio publicou os nomes dos institutos de pesquisa de armamentos na Índia, Paquistão, Israel, Rússia e China, relacionando-os como riscos de proliferação sujeitos a rígidos controles de exportação por parte dos Estados Unidos. A Índia protestou contra a publicação da lista pelo Departamento. O Departamento disse que acrescentaria mais nomes à sua "lista de entidades".

LEI SOBRE O CONTROLE DA EXPORTAÇÃO DE ARMAS (ARMS EXPORT CONTROL ACT) (AECA) (22 de outubro de 1968)

As vendas comerciais diretas de produtos, componentes, tecnologias e serviços de defesa de origem norte-americana são controladas pelos Regulamentos Internacionais Sobre o Tráfego de Armas (International Traffic in Arms Regulations) (ITAR), que são

administrados pelo Departamento de Estado, para implementar a Lei de Controle de Exportação de Armas (Arms Export Control Act). Os itens que requerem licenças de exportação do Escritório de Controles de Negócios de Defesa (DTC) do Departamento de Estado aparecem na lista de Armamentos dos Estados Unidos (U.S. Munitions List) nos ITAR. A Administração de Segurança de Tecnologia de Defesa (DTSA) do Departamento de Defesa também analisa muitas das solicitações.

Qualquer item que estiver na Lista de Armamentos requer uma licença para ser exportado para todos os países (com algumas exceções para exportações para o Canadá). De acordo com a legislação atual, são negadas licenças para a exportação de produtos e serviços de defesa para os seguintes países: Afeganistão, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cuba, Irã, Iraque, Líbia, Coreia do Norte, Sérvia-Montenegro, Síria, Tadjiquistão, e Vietnã. Elas também são negadas para os países que estão, atualmente, sujeitos a embargos de armamentos por parte dos Estados Unidos: Birmânia, China, República Democrática do Congo, Haiti, Libéria, Ruanda, Somália, e Sudão.

LEI DA ENERGIA ATÔMICA (ATOMIC ENERGY ACT)

(1 de agosto de 1946)

A Comissão de Regulamentação Nuclear (Nuclear Regulatory Commission) (NRC) é responsável pelo licenciamento tanto das exportações quanto das importações de instalações e materiais nucleares, em conformidade com a Lei Sobre a Energia Atômica (Atomic Energy Act), modificada pela Lei de Não-Proliferação Nuclear de 1978 (Nuclear Non-Proliferation Act of 1978) e pela Lei de Política de Energia de 1992 (Energy Policy Act of 1992). Ela também tem autoridade para licenciar as exportações de componentes nucleares e outras substâncias ou itens que são considerados significativos para explosões nucleares.

A NRC emite aproximadamente 100 licenças específicas de exportação ou emendas de licença por ano. Nenhuma licença específica é necessária para exportações de equipamentos para reatores a serem utilizados no Canadá, Europa Ocidental, Japão, Coreia do Sul ou Taiwan.

Outros órgãos governamentais também possuem alguma jurisdição, de acordo com a lei. O Departamento de Comércio controla os itens de dupla utilização relacionados à energia nuclear; o Departamento de Energia controla as transferências de tecnologia nuclear; os Departamentos de Estado e de Energia negociam os acordos para cooperação nuclear pacífica. □

FONTES: Departamento de Comércio dos Estados Unidos; Departamento de Estado dos Estados Unidos; Comissão de Regulamentação Nuclear; Comissão de Finanças Públicas da Câmara de Deputados dos Estados Unidos (U.S. House of Representatives Ways and Means Committee); Instituto de Advocacia (Practising Law Institute) .

❑ VISÃO GERAL DOS REGIMES DE NÃO-PROLIFERAÇÃO

Os Estados Unidos participam de vários grupos informais de países, que ajudam a controlar a proliferação de armas convencionais, mísseis, e armas de destruição em massa — nucleares, químicas e biológicas — por meio de políticas comuns de controle de exportação. Nenhum desses grupos se baseia em um tratado. A seguir apresentamos alguns deles:

ACORDO DE WASSENAAR (WASSENAAR ARRANGEMENT)

Em julho de 1996, após dois anos de negociações, 33 países aprovaram normas e procedimentos para o Acordo de Wassenaar Sobre Controles de Exportação Para Armas Convencionais e Produtos e Tecnologias de Dupla Utilização (Wassenaar Arrangement on Export Controls for Conventional Arms and Dual-Use Goods and Technologies).

Os membros do Acordo de Wassenaar procuram coordenar os controles de exportação de armas convencionais, assim como de materiais e tecnologias avançadas(as) de “dupla utilização - aqueles que possuem aplicações tanto civis quanto militares.

A finalidade do grupo é impedir que armas e tecnologias avançadas cheguem a estados párias como o Iraque, a Líbia, e a Coreia do Norte, e regiões instáveis como o Sul da Ásia.

Representantes do governo Clinton caracterizaram o Acordo de Wassenaar como um trabalho em andamento que deve, com o passar do tempo, se tornar tão eficaz e confiável quanto qualquer um dos outros regimes de não-proliferação.

Tendo o nome da cidade holandesa onde os elementos iniciais foram negociados, o Acordo de Wassenaar foi negociado após a extinção do Comitê Para a Coordenação de Controles de Exportação Multi-Laterais (Coordinating Committee for Multilateral Export Controls (COCOM)), o grupo do tempo da Guerra Fria que controlava as exportações de tecnologia avançada para impedir o seu desvio para o bloco soviético e a China.

Ao contrário dos atuais regimes multi-laterais, que dão a cada país a autoridade para garantir a observância dos controles de exportação aceitos pelos signatários, o COCOM, na verdade, restringia a autoridade nacional porque um membro poderia vetar uma venda proposta por outro.

Os membros atuais do Acordo de Wassenaar são: Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Rússia, Eslováquia, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Ucrânia, Reino Unido, e Estados Unidos.

REGIME DE CONTROLE DE TECNOLOGIA DE MÍSSEIS (MISSILE TECHNOLOGY CONTROL REGIME)

Formado em 1987, o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (Missile Technology Control Regime (MTCR)) é um grupo de países que procura, por meio de controles coordenados de exportação, impedir a proliferação de mísseis balísticos e outros meios de lançamento de armas de destruição em massa pelo ar.

O Objetivo do MTCR é restringir a proliferação de mísseis, aeronaves não tripuladas, e a tecnologia relacionada, para os sistemas capazes de transportar uma carga útil de 500 quilogramas a uma distância de pelo menos 300 quilômetros, assim como os sistemas que se destinam ao lançamento de armas de destruição em massa.

Os membros atuais do MTCR são: Argentina, Áustria, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Rússia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, e Estados Unidos.

GRUPO DA AUSTRÁLIA (AUSTRALIA GROUP)

Formado em 1984 e liderado pela Austrália, o Grupo da Austrália é um grupo de países que procuram coibir a

proliferação de armas químicas e biológicas por meio de controles coordenados de exportação sobre: componentes básicos para armas químicas; instalações, equipamentos e tecnologia relacionada à fabricação de produtos químicos e biológicos de dupla utilização; e agentes biológicos, incluindo agentes patogênicos e toxinas de plantas, animais, and seres humanos.

Os membros atuais são: Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, a União Europeia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Rússia, Eslováquia, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, e Estados Unidos.

GRUPO DE FORNECEDORES NUCLEARES (NUCLEAR SUPPLIERS GROUP)

O Grupo de Fornecedores Nucleares (Nuclear Suppliers Group (NSG)) é um grupo de países fornecedores nucleares do Tratado de Não Proliferação Nuclear que coordena a implementação das salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (International Atomic Energy Agency) para impedir o desvio de combustível nuclear exportado para uso em armamento. Na década de 90, o grupo também começou a coordenar as políticas de controle referentes ao enriquecimento de materiais nucleares, reprocessamento, e usinas de produção e água pesada; produtos de dupla utilização, como máquinas-ferramentas; informações técnicas; e assistência técnica.

Os membros atuais são: Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, a União Europeia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Rússia, Eslováquia, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Ucrânia, Reino Unido, e Estados Unidos. □

FONTES: Departamento de Estado dos Estados Unidos; Departamento de Comércio dos Estados Unidos; Agência de Controle de Armas e Desarmamento (Arms Control and Disarmament Agency).

❑ CRONOLOGIA DAS AÇÕES COMERCIAIS DOS EUA COM RELAÇÃO À POLÍTICA EXTERNA

1765 — Quando a Grã-Bretanha impôs a Lei do Selo (Stamp Act) sobre as colônias americanas, como uma medida para angariar fundos, as colônias boicotaram os produtos britânicos; a Grã-Bretanha aboliu a Lei do Selo no ano seguinte.

1767-1770 — Quando o Parlamento Britânico aprovou os impostos das Leis de Townshend (Townshend Acts) para pagar os salários dos juízes e funcionários públicos, as colônias regiram, boicotando produtos ingleses. O Parlamento deixou de cobrar os impostos sobre todos os produtos, menos o chá. O imposto sobre o chá foi o pretexto para o “Motim do Chá”, no qual em 16 de dezembro de 1773, elementos das colônias disfarçados de índios abordaram três navios britânicos e derramaram a sua carga de chá no mar, no porto de Boston.

Dezembro de 1774 — O Primeiro Congresso Continental (First Continental Congress), uma convenção de delegados das colônias americanas, declarou ilegal as exportações de produtos para a Grã-Bretanha, estabelecendo assim os primeiros controles americanos sobre a exportação.

1807 — Após a morte de três americanos quando um navio de guerra britânico atacou uma fragata dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, Presidente dos Estados Unidos, fechou o mercado americano por meio da Lei do Embargo (Embargo Act), que proibia os navios dos Estados Unidos de zarpar com destino a portos estrangeiros, os navios estrangeiros de transportar produtos dos Estados Unidos, saindo dos portos americanos, e as empresas de navegação costeira de desviar suas cargas para portos estrangeiros.

1808 — O Congresso dos Estados Unidos aprovou leis subsequentes de embargo, para cobrir brechas legais na legislação original. A Lei de Execução (Enforcement Act) (9 de janeiro de 1809) aumentou as punições para os casos de não-cumprimento da lei, mas não conseguiu impedir os ataques franceses e britânicos aos navios mercantes dos Estados Unidos que transportavam produtos para a Europa.

1809 — Sob pressão, Jefferson aboliu a Lei de Execução. Leis posteriores de não-relacionamento (1809, 1810), reabrindo os portos americanos aos navios de todas as nações menos a Grã-Bretanha e a França, não atingiram seus objetivos.

1812 — Em 4 de abril, o Congresso aprovou outra lei de embargo, que impunha uma moratória de 90 dias sobre todo o comércio entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, enquanto as relações entre os dois países iam se deteriorando. A lei teve pouco efeito antes de ser substituída, em 19 de junho de 1812, por uma declaração de guerra dos Estados Unidos à Grã-Bretanha.

1861-1865 — Durante a Guerra Civil entre os estados do norte e do sul dos Estados Unidos, o norte, com seus recursos muito superiores em termos de poder naval, rede ferroviária, siderurgia, e armamentos, impôs um bloqueio contra o sul, que gradualmente sufocou e acabou impedindo por completo a importação de mercadorias estrangeiras pelos estados do sul.

1898 — Na Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos mantiveram um bloqueio naval contra Cuba, enquanto forças rebeldes nativas fustigavam as tropas espanholas na ilha. Um bloqueio concomitante, contra as Filipinas, teve a intenção de impedir que a Espanha tivesse acesso aos recursos daquela colônia.

1914-1918 — Durante a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos impuseram sanções contra a navegação japonesa. O envio de aço dos Estados Unidos para o Japão só foi permitido em troca do envio imediato de navios para o esforço de guerra no Atlântico.

1938-1947 — A Grã-Bretanha e os Estados Unidos impuseram controles contra o México em retaliação pela desapropriação das instalações da indústria petrolífera pelo presidente mexicano Lázaro Cárdenas, e contra o Japão (1940-41) para forçar a sua retirada do Sul da Ásia. O embargo contra o Japão (que entrou em vigor em outubro de 1940) também incluía o congelamento de bens (a partir de julho de 1941).

1939-1945 — Durante a Segunda Guerra Mundial, os Poderes Aliados impuseram sanções econômicas, primeiramente contra a Alemanha, e posteriormente contra o Japão. Os Estados Unidos também impuseram sanções contra a Argentina, em uma tentativa de eliminar a influência nazista sobre aquele país e desestabilizar o governo de Perón.

1948-1949 — Os Estados Unidos impuseram controles econômicos contra a Holanda, para persuadir aquele país a reconhecer a independência de sua colônia, a Indonésia.

1949-1970 — Os Estados Unidos impuseram sanções contra a China, em retaliação pela sua invasão, e subsequente ajuda à Coreia do Norte, e pelas suas violações dos direitos humanos.

1950-presente — Os Estados Unidos impuseram sanções econômicas, que continuam em vigor, contra a Coreia do Norte, pelo seu ataque à Coreia do Sul. Um acordo sobre armamentos com a Coreia do Norte em outubro de 1994 permitiu um relaxamento parcial das sanções em troca de um compromisso, por parte da Coreia do Norte, de congelar sua capacidade nuclear.

1951-1953 — Em conjunto com o Reino Unido, os Estados Unidos impuseram sanções contra o Irã, como forma de pressão para que a nacionalização das instalações petrolíferas naquele país fosse anulada, e para desestabilizar o governo de Mohammad Mussadiq, que foi derrubado em 1953.

1954-1994 — Os Estados Unidos, em um esforço conjunto com o Vietnã do Sul, impuseram sanções contra o Vietnã do Norte para obstruir a eficácia das suas forças armadas. O Presidente Clinton aboliu o embargo contra o Vietnã unificado em 1994.

1956-1962 — Os Estados Unidos impuseram sanções contra o Laos para desestabilizar os governos esquerdistas, tanto do Príncipe Souvanna Phouma quanto do General Phoumi, e para impedir a tomada do poder pelos comunistas.

1960-presente — Os Estados Unidos baniram a ajuda econômica e militar à ditadura cubana de Fidel Castro. Essa foi a primeira de muitas sanções. Em 1962, o Congresso aprovou a Lei da Democracia de Cuba (Cuban Democracy Act), que tornou mais rigoroso o embargo de 1960, proibindo as subsidiárias estrangeiras de empresas dos Estados Unidos de fazer negócios com Cuba. Em

1996 o Congresso aprovou a Lei da Liberdade (Libertad Act, ou "Helms-Burton Act"), que impõe sanções contra empresas de outros países que investirem em Cuba.

1965-1979 — Na sua primeira utilização de sanções econômicas, o Conselho de Segurança da ONU banuiu as exportações de petróleo e outras mercadorias para o sul da Rodésia (país que atualmente se chama Zimbábue) para impedir os colonos brancos de assumir o controle do país.

1973-presente — Os Estados Unidos impuseram sanções contra a Líbia para protestar contra o apoio proporcionado pelo ditador Muammar el-Qaddafi a grupos terroristas no Oriente Médio. Posteriormente, as sanções se tornaram mais rigorosas, com um embargo de todos os negócios e um congelamento dos bens da Líbia.

1979-presente — O governo do Presidente Jimmy Carter, dos Estados Unidos, congelou os bens iranianos nos Estados Unidos, após o sequestro de americanos pelas forças revolucionárias em Teerã. Em 1980 as sanções foram expandidas, com um amplo embargo comercial para coibir o apoio proporcionado pelo Irã ao terrorismo internacional. O embargo comercial foi abolido em 1981 quando os reféns foram libertados. Os Estados Unidos tornaram a impor sanções contra o Irã em 1995 e 1996.

1986-1991 — A Lei Abrangente Anti-Apartheid (Comprehensive Anti-Apartheid Act), aprovada apesar do veto do Presidente Ronald Reagan, banuiu novos investimentos e empréstimos bancários à África do Sul e proibiu o comércio bilateral de algumas mercadorias. Os Estados Unidos conduziram um trabalho conjunto com a França, o Reino Unido, e a Alemanha, todos esses países tendo participado de sanções contra a África do Sul, em uma ação à qual se credita, em grande parte, o fim do apartheid. Em julho de 1991, o Presidente George Bush aboliu as sanções contra o país após a implementação de reformas políticas. □

FONTES: Congressional Quarterly; Institute for International Economics.

RECURSOS E INFORMAÇÃO

PRINCIPAIS CONTATOS NO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS E SITES NA INTERNET

U.S. Department of the Treasury
Office of Foreign Assets Control (OFAC)
Treasury Building Annex
Pennsylvania Avenue and Madison Place, N.W.
Washington, D.C. 20220 U.S.A.
Telefone: (202) 622-2970
Internet: <http://www.ustreas.gov/treasury/services/fac/>

The Federal Bulletin Board Online fornecido pelo
Government Printing Office
(publicações que descrevem sanções do OFAC e programas de embargo)
Internet: http://fedbbs.access.gpo.gov/lib/fac_bro.htm

U.S. Department of Commerce
Bureau of Export Administration
Herbert Clark Hoover Building
14th Street and Constitution Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20230 U.S.A.
Telefone:: (202) 482-0097
Internet: <http://www.bxa.doc.gov>

U.S. Department of State
Office of Defense Trade Controls
2201 C Street, N.W.
Washington, D.C. 20520 U.S.A.
Telefone: (202) 647-6968
Internet: <http://www.pmdtc.org>

U.S. Department of State
Office of Economic Sanctions Policy
2201 C Street, N.W.
Washington, D.C. 20520 U.S.A.
Telefone: (202) 647-5673
Internet:
http://www.state.gov/www/issues/economic/us_trade.htm

U.S. Department of Defense
Defense Technology Security Administration
2600 Defense Pentagon
Washington, D.C. 20301-2600 U.S.A.
Telefone:: (202) 697-5737
Internet: <http://www.dtsa.osd.mil/index.html>

U.S. Arms Control and Disarmament Agency
320 21st Street, N.W.
Washington, D.C. 20451 U.S.A.
Telefone:: (202) 647-8677
Internet: <http://www.acda.gov/initial.html>

Nuclear Regulatory Commission
Office of International Programs
Washington, D.C. 20555 U.S.A.
Telefone:: (301) 415-8200
Internet: <http://www.nrc.gov>

U.S. Department of Energy
Office of Nonproliferation and National Security
Washington, D.C. 20585-1401 U.S.A.
Telefone:: (202) 586-4670
Internet: <http://www2.nn.doe.gov/nn/>

OUTROS SITES-CHAVE NA INTERNET

USA*Engage (uma coalizão de 600 empresas norte-americanas)
<http://www.usaengage.org/>

Institute for International Economics
<http://www.iie.com/>

LEITURAS ADICIONAIS SOBRE LEGISLAÇÃO COMERCIAL RELACIONADA COM A POLÍTICA EXTERNA

Amuzegar, Jahangir. "Adjusting to Sanctions." *Foreign Affairs*, Vol. 76, No. 3, May-June 1997.

Bergeijk, Peter A.G. van. *Economic Diplomacy, Trade and Commercial Policy: Positive and Negative Sanctions in a New World Order*. Brookfield, Vermont: Edward Elgar, 1994.

Cooper, Mary. "Economic Sanctions." *CQ Researcher*, Vol. 4, No. 40, October, 1994.

Doxey, Margaret P. *International Sanctions in Contemporary Perspective* (2nd edition). New York: St. Martin's Press, 1996.

Flamm, Kenneth. "Controlling the Uncontrollable: Reforming U.S. Export Controls on Computers." *Brookings Review*, Vol. 14, Winter 1996.

Lavin, Franklin L. "Asphyxiation or Oxygen? The Sanctions Dilemma." *Foreign Policy*, No. 104, Fall 1996.

Harrison, Glennon J. *The Economics of Export Controls*. The Library of Congress: Congressional Research Service, January 15, 1997.

Hufbauer, Gary C., Kimberly Ann Elliott, Tess Cyrus, and Elizabeth Winston. *U.S. Economic Sanctions: Their Impact on Trade, Jobs, and Wages* (working paper). Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1997.

Hufbauer, Gary C., Jeffrey J. Schott, Kimberly Ann Elliott. *Economic Sanctions Reconsidered: History and Current Policy*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1991.

Kaempfer, William H. and Anton D. Lowenberg. *International Economic Sanctions: A Public Choice Perspective (The Political Economy of Global Interdependence)*. Boulder, Colorado: Westview, 1992.

Kirschten, Dick. "Chicken Soup Diplomacy." *National Journal*, Vol. 29, No. 1, January 4, 1997.

Lande, Laurie. "Second Thoughts" (Iran-Libya sanctions act). *The International Economy*, Vol. 11, No. 3, May-June 1997.

Martin, Lisa L. *Coercive Cooperation: Explaining Multilateral Economic Sanctions*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1992.

President's Export Council, Subcommittee on Export Administration. *Unilateral Economic Sanctions: A Review of Existing Sanctions and Their Impacts on U.S. Economic Interests With Recommendations for Policy and Process Improvement*. Washington D.C.: Department of Commerce, Bureau of Export Administration, June 1997.

Richardson, J. David. *Sizing Up U.S. Export Disincentives*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1993. □